

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional

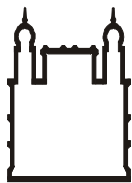


Síntese das discussões do Termo de Referência da Gestão

O Documento Base, em caráter preliminar, foi enviado pela Direção em 30 de abril, para apreciação de toda EPSJV. Após ter recebido diversas contribuições dos laboratórios, registradas pela VDGD, decidiu-se pela construção mais ampliada do novo documento da gestão: pela importância de envolver todos os trabalhadores da área na construção deste Termo de Referência; para dar capilaridade aos (nossos) temas da gestão; pela opção por não construir o documento na lógica das estruturas/setores, mas por eixos estratégicos para a Escola; com a participação mais efetiva dos setores da gestão. Constituiu-se então o Colegiado da Gestão, que se reuniu pela primeira vez em 23 de julho de 2014, tendo ocorrido ainda mais 05 encontros para esse fim, nos dias 28/07, 01/08, 03/09, 24/09 e 09/10.

Feita a leitura em conjunto, foram apontadas diversas questões, e refletimos sobre:

- as motivações dos processos de Congresso Interno, Choque Teórico e revisão do Plano Estratégico para o período de 2015-2018 e da importância da mais ampla participação da comunidade da EPSJV;
- a lógica destes processos que se iniciam com o Diagnóstico compartilhado (a Escola olhando para a Escola), para subsidiar as propostas estratégicas e posteriormente as táticas operacionais;
- o referencial metodológico que acompanha as orientações institucionais da FioCruz – para o planejamento estratégico, para a gestão do trabalho,
- alguns setores que não identificaram seus processos no documento base, na área da gestão;
- a necessidade de se definir o lugar da gestão nos processos decisórios e participativos da Escola, falta regulamentação e o apoio da Direção;
- a crítica à linguagem utilizada no TR – é de difícil compreensão; qual linguagem utilizar para dar mais clareza ao que queremos discutir; linguagem acadêmica e política não são de domínio de todos: exclusão indireta dos fóruns decisórios; a representação da área fica com pouco peso nos processos decisórios da Escola (regulamentar);
- a necessidade de espaços e fóruns de discussão nos setores da gestão – “não temos domínio da linguagem ‘empolada’, mas nem todos têm conhecimento dos processos de trabalho da gestão”, “não somos liberados para participar dos colegiados regulares”; “se minha participação não é importante, não me sinto estimulado a participar...”;
- o eixo gestão do trabalho, bastante sensível a todos, foi amplamente discutido, trazendo à tona a necessidade deste tema ser aprofundado em todos os fóruns, não ser restrito ao âmbito da gestão, tanto na área do ensino quanto na pesquisa; foram apresentados dados atualizados (agosto de 2014), consolidados sobre as bases da SGP; questões relativas às terceirizações e distribuição de bolsas: transparência de critérios para contratação e enquadramentos e a



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional



necessidade de mapear os processos de trabalho; importância da capacitação dos fiscais dos contratos de terceirização (curso para fiscais na EPSJV, em agosto/2014) e apoio dos setores da administração;

- também o eixo sobre gestão participativa mereceu muitos apontamentos (ver pontos acima). A iniciativa de se manter o colegiado dos setores da gestão, a que foi chamado reunião da “gestão ampliada” é proposta para fortalecer o temário próprio, ampliando, qualificando e capilarizando os debates entre os profissionais da área; questões de fundo relativas aos princípios da politécnica: necessidade de socializar o conceito na EPSJV; o papel dos diversos fóruns da Escola (CTs, Colegiados, Assembleia, Reprepoli);

- no eixo transparência, monitoramento e avaliação foram abordadas as questões referentes aos indicadores de desempenho institucionais e aos condicionantes legais a que estamos sujeitos; também se discutiu sobre a questão política, no âmbito da Fiocruz, que este eixo traz, já que coloca o papel da EPSJV e as diretrizes de resultados exigidos pela presidência; necessidade de uma nova oficina de indicadores, pensarmos em indicadores da gestão, mesmo que não sejam oficializados junto à Diplan, para avaliarmos melhor nossos processos;

- em relação ao tópico investimentos (infraestrutura sustentável, condições de trabalho e economicidade), falou-se do impacto da descentralização de alguns processos realizados pela Dirad/Direh para os setores da SADM e da necessidade de fortalecermos as equipes da área (Compras, Patrimônio, Arquivo, Financeiro, Gestão de Pessoas); a gestão de projetos com recursos extra-orçamentários indicou ser preciso definir fluxos e fortalecer o núcleo de projetos da VDGD; as questões relativas à TI apontam para diretrizes centralizadas na presidência (CGTI), seguindo orientações da Instrução Normativa nº04 (IN-04), tanto para contratação de serviços, preferência por compras compartilhadas, quanto para restrições de atividades específicas a servidores que passarão a ser controladas (desenvolvimento de sistemas e gestão de banco de dados); também as expectativas de obras no prédio da Escola foram objeto deste eixo.

Assim, no dia 07/08, foram iniciados os debates em Câmara Técnica, quando foi apresentada metodologia de construção coletiva do documento e indicados os documentos de referência, disponíveis na intranet: da Fiocruz (Documento Base para o VII Congresso Interno e Política de Regulação do Trabalho na Fiocruz/2011); do Governo Federal (Guia de Governança para Resultados e o Guia de Gestão por Processos); além do Plano Estratégico da EPSJV.

Após a leitura do texto introdutório, foi dado foco no tópico relativo à Gestão do Trabalho, devido às questões candentes, em curso na EPSJV: levantamento de demandas de força de trabalho, novos contratos de terceirização e concurso.

A palavra esteve aberta para comentário durante a leitura. Diversas questões foram trazidas e retornam alguns pontos já discutidos nas reuniões da gestão ampliada: processo de trabalho da gestão dificulta a participação de seus trabalhadores nos fóruns de participação da EPSJV;



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional



linguagem clara no TR amplia a possibilidade de discussão (incluir trabalhadores da gestão nas questões políticas e trabalhadores de ensino/pesquisa nas questões de gestão); necessidade conhecimento dos processos e regras (substituição de licenciado é possível, Plano de Carreiras Fiocruz, possibilidades e restrições legais na terceirização, Plano de Qualificação) e compartilhamento de processos; na apresentação do quadro de trabalhadores/vínculos, feitos questionamentos sobre fluxos de informações para atualização dos dados (SGP é quem centraliza os dados, deve ser informada das mudanças); questões sobre bolsistas (exigências legais, critérios de seleção, acompanhamento, prestação de contas); surge o debate da prevalência de tópicos da gestão sobre as demais áreas de atuação da EPSJV e da necessidade de dar visibilidade aos trabalhadores da gestão, posto que os temas da gestão atravessem todas as áreas é importante que sejam discutidos em todos os fóruns.

É solicitada definição, esclarecimento de metodologia e cronograma propostos para o processo do Congresso Interno da EPSJV e do Choque Teórico.

Sob o impacto de emergências de processos institucionais (demandas de força de trabalho, fechamento de planejamento anual, negociação orçamentária, indicadores de desempenho) e mesmo com o amplo debate do Termo de Referência da Gestão no colegiado da gestão, apenas foi feito mais um encontro específico para a leitura e discussão deste documento em Câmara Técnica, em 02 de outubro.

Nesta ocasião, foi lido o tópico Gestão Participativa, e mais uma vez, foram trazidos os apontamentos das reuniões da gestão ampliada, e além disso: necessidade de manter-se a periodicidade das CTs de Gestão para que os colegiados se preparem e discutam a pauta previamente; o caráter mais propositivo das CTs, menos informativo (ser também formativo); da construção coletiva do termo de referência no coletivo da gestão como espaço formativo de participação; ampliar e incluir os setores da gestão nas discussões políticas da EPSJV, na visão da gestão como transversal aos processos da Escola; temas da Gestão têm aprendizado na prática, é importante que os trabalhadores de outras áreas que são gestores (dos setores e laboratórios) se aproximem destes temas; avaliação dos espaços participativos (CTs, CD, Assembleia, Colegiados, Reprepoli...).

Proposições de alteração do texto original foram apresentadas e incluídas posteriormente, com a aprovação dos envolvidos. Estava prevista mais uma CT com pauta específica para o termo de referência, em fins de outubro, no entanto não foi possível se realizar. Cabe ressaltar que o calendário de 2014 foi bastante prejudicado pela Copa do Mundo e Congresso Interno da Fiocruz, reduzindo as alternativas de encontros e debates previstos pela EPSJV.